



**Prefeitura Municipal do Natal/RN  
Secretaria Municipal de Educação -  
SME**

**CONCURSO PÚBLICO  
Nº 002/2016**



**Assistente Social**

**Manhã**

Organizadora:



**CARGO: ASSISTENTE SOCIAL**

**Conheça Aris, que se divide entre socorrer e fotografar náufragos**

*Profissional da AFP diz que a experiência de documentar o sofrimento dos refugiados deixou-o mais rígido com as próprias filhas.*

O grego Aris Messinis é fotógrafo da agência AFP em Atenas. Cobriu guerras e os protestos da Primavera Árabe. Nos últimos meses, tem se dedicado a registrar a onda de refugiados na Europa. Ele conta em um *blog* da AFP, ilustrado com muitas fotos, como tem sido o trabalho na ilha de Lesbos, na Grécia, onde milhares de refugiados pisam pela primeira vez em território europeu. Mais de 700.000 refugiados e imigrantes clandestinos já desembarcaram no litoral grego este ano. As autoridades locais estão sendo acusadas de não dar apoio suficiente aos que chegam pelo mar, e há até a ameaça de suspender o país do Acordo *Schengen*, que permite a livre circulação de pessoas entre os Estados-membros.

*Messinis* diz que o mais chocante do seu trabalho é retratar, em território pacífico, pessoas que trazem no rosto o sofrimento da guerra. “Só de saber que você não está em uma zona de guerra torna isso ainda mais emocional. E muito mais doloroso”, diz *Messinis*. Numa guerra, o fotógrafo também corre perigo, então, de certa forma, está em pé de igualdade com as pessoas que protagonizam as cenas que ele documenta. Em Lesbos, não é assim. Ele está em absoluta segurança. As pessoas que chegam estão lutando por suas vidas. Não são poucas as que morrem de hipotermia mesmo depois de pisar em terra firme, por falta de atendimento médico.

Exatamente por causa dessa assimetria entre o fotógrafo e os protagonistas de suas fotos, muitas vezes *Messinis* deixa a câmera de lado e põe-se a ajudá-los. Ele se impressiona e se preocupa muito com os bebês que chegam nos botes. Obviamente, são os mais vulneráveis aos perigos da travessia. *Messinis* fotografou os cadáveres de alguns deles nas pedras à beira-mar.

O fotógrafo grego diz que a experiência de ver o sofrimento das crianças refugiadas deixou-o mais rígido com as próprias filhas. As maiores têm 9 e sete anos. A menor, 7 meses. Quando vê o que acontece com as crianças que chegam nos botes, *Messinis* pensa em como suas filhas têm sorte de estarem vivas, de terem onde morar e de viverem num país em paz. Elas não têm do que reclamar.

(Por: Diogo Schelp 04/12/2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/a-boa-e-velha-reportagem/conheca-aris-que-se-divide-entre-socorrer-e-fotografar-naufragos/>.)

**01**

**O título do texto enumera duas ações entre as quais Aris – fotógrafo apresentado no texto – se divide. A partir da estrutura escolhida para transmitir tal informação, é correto afirmar que tais ações**

- A) são complementares tendo em vista seus objetivos.
- B) possuem aspectos diferentes, mas ocorrem no mesmo contexto.
- C) são dependentes entre si, independente do contexto apresentado.
- D) contrastam-se considerando as características próprias de cada uma.

**02**

**O texto apresenta-se em uma linguagem predominantemente informativa. Contudo, além de apresentar os fatos, há demonstração de análise subjetiva do autor no seguinte trecho em destaque:**

- A) “Obviamente, são os mais vulneráveis aos perigos da travessia.” (3º§)
- B) “Nos últimos meses, tem se dedicado a registrar a onda de refugiados na Europa.” (1º§)
- C) “Não são poucas as que morrem de hipotermia mesmo depois de pisar em terra firme, por falta de atendimento médico.” (2º§)
- D) “*Messinis* diz que o mais chocante do seu trabalho é retratar, em território pacífico, pessoas que trazem no rosto o sofrimento da guerra.” (2º§)

**03**

**Dentre os recursos utilizados pelo autor, é correto afirmar acerca do trecho “Só de saber que você não está em uma zona de guerra torna isso ainda mais emocional. E muito mais doloroso” [...] (2º§), em discurso direto, que sua principal função é**

- A) conferir credibilidade ao texto e ampliar a informação apresentada.
- B) apresentar diferentes pontos de vista, além de um conhecimento maior do assunto.
- C) destacar uma informação e caracterizá-la com um alto nível de relevância para o leitor.
- D) despertar o interesse do leitor pelo assunto tratado, apresentando o fato objetivamente.

04

O uso do imperativo no título do texto orienta o leitor a determinada ação. Sobre o emprego descrito anteriormente, considerando-se a situação de produção do enunciado, é correto afirmar que

- A) ocorre a conjugação do imperativo na segunda pessoa verbal, caracterizando a norma-padrão da língua.
- B) em situações formais, conforme apresentado, utiliza-se o verbo na segunda ou terceira pessoa do imperativo.
- C) a utilização do verbo na terceira pessoa do imperativo está de acordo com a norma-padrão, caracterizando uma situação formal.
- D) em situações informais, conforme apresentado, ocorre uma mistura entre as pessoas do discurso, sendo o imperativo conjugado na segunda pessoa verbal.

05

Considerando-se o significado das palavras no contexto apresentado, é correto afirmar que os vocábulos destacados poderiam ser substituídos pelos termos sugeridos, com EXCEÇÃO de:

- A) *Absoluta* (2º§) – plena.
- B) *Chocante* (2º§) – impactante.
- C) *Assimetria* (3º§) – integração.
- D) *Vulneráveis* (3º§) – suscetíveis.

06

No segundo parágrafo é apresentada a atual situação do grego *Aris Messinis* no trecho “*Em Lesbos, não é assim. Ele está em absoluta segurança. As pessoas que chegam estão lutando por suas vidas. Não são poucas as que morrem de hipotermia mesmo depois de pisar em terra firme, por falta de atendimento médico*”. Acerca das informações apresentadas no trecho destacado, pode-se afirmar que:

- A) Ao estabelecer um paralelo entre a situação de *Aris Messinis* e das pessoas por ele retratadas, pode-se afirmar que há uma oposição.
- B) Há uma comparação apontando aspectos semelhantes entre a segurança de *Aris Messinis* e a luta pela vida das pessoas por ele retratadas.
- C) A expressão “*absoluta segurança*” é uma expressão que recorre a um exagero para produzir um efeito expressivo em relação à situação de *Aris Messinis*.
- D) O termo “*lutando*” é empregado com o objetivo de demonstrar um eufemismo na caracterização da ação das pessoas retratadas por *Aris Messinis*.

07

A palavra “*se*” possui inúmeras classificações e funções. Acerca das ocorrências do termo “*se*” em “*Exatamente por causa dessa assimetria entre o fotojornalista e os protagonistas de suas fotos, muitas vezes Messinis deixa a câmera de lado e põe-se a ajudá-los. Ele se impressiona e se preocupa muito com os bebês que chegam nos botes.*” (3º§) pode-se afirmar que

- A) possuem o mesmo referente.
- B) ligam orações sintaticamente dependentes.
- C) apenas o primeiro “*se*” é pronome apassivador.
- D) apenas o último “*se*” é uma conjunção integrante.

08

O tempo verbal utilizado na seguinte oração do texto: “*O grego Aris Messinis é fotógrafo da agência AFP em Atenas.*” indica

- A) concomitância entre os fatos apresentados.
- B) que o fato apresentado possui características de ser provável.
- C) a intenção do enunciador de demonstrar polidez em um texto formal.
- D) a atualidade do fato apresentado considerando-se o texto apresentado.

09

Na construção do texto, a coerência e a coesão são de fundamental importância para que sua compreensão não seja comprometida. Alguns elementos são empregados de forma efetiva e explícita com tal propósito. Nos trechos a seguir foram destacados alguns elementos cuja função anafórica contribui para a coesão textual, com EXCEÇÃO de:

- A) “[...] que trazem no rosto o sofrimento da guerra.” (2º§)
- B) “Ele conta em um blog da AFP, ilustrado com muitas fotos [...]” (1º§)
- C) “O fotógrafo grego diz que a experiência de ver o sofrimento [...]” (4º§)
- D) “[...] onde milhares de refugiados pisam pela primeira vez em território europeu.” (1º§)

**10**

**Ao substituir “perigos da travessia” por “travessia”, mantendo-se a norma padrão da língua, em “Obviamente, são os mais vulneráveis aos perigos da travessia.” (3º§) ocorreria:**

- A) Facultativamente, o emprego do acento grave, indicador de crase.
- B) A substituição de “aos” por “a”, pois o termo regido teria sido modificado.
- C) Obrigatoriamente, o emprego do acento grave, indicador de crase, substituindo-se “aos” por “à”.
- D) A substituição de “aos” por “a”, já que o termo regente passaria a não exigir o emprego da preposição.

### LEGISLAÇÃO

**11**

**Considerando a Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, que dá nova redação ao Art. 211 da Constituição Federal, que trata de como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino, analise.**

- I. A União organizará o sistema federal de ensino e o dos territórios.
- II. Os Estados e o Distrito Federal atuarão exclusivamente no ensino médio.
- III. Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

**Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)**

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.

**12**

**Acerca da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, assinale a afirmativa que indica a alteração do Art. 7º Constituição Federal, que trata dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social.**

- A) Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
- B) Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- C) Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.
- D) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

**13**

**O Art. 208 da Constituição Federal foi alterado pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006; quanto ao dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:**

- A) Progressiva universalização do ensino médio gratuito.
- B) Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade.
- C) Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- D) Educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

**14**

**Acerca da Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) Prevê pelo menos 5% do montante dos impostos e transferências que compõem a cesta de recursos do FUNDEB, somados aos, no mínimo, de 25% desses impostos e transferências em favor da manutenção e desenvolvimento do ensino.
- B) A União desenvolverá e apoiará políticas de estímulo às iniciativas de melhoria de qualidade do ensino, acesso e permanência na escola, promovidas pelas unidades federadas, em especial aquelas voltadas para a inclusão de crianças e adolescentes em situação de risco social.
- C) A instituição dos Fundos previstos da supracitada Lei e a aplicação de seus recursos não isentam os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da obrigatoriedade da aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino, na forma prevista na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases.
- D) A União, os Estados e o Distrito Federal desenvolverão, em regime de colaboração, programas de apoio ao esforço para conclusão da educação básica dos alunos regularmente matriculados no sistema público de educação que cumpram pena no sistema penitenciário, exceto na condição de presos provisórios.

**15**

**A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação, apresenta como objetivo e prioridades gerais, EXCETO:**

- A) Elevar o nível global de escolaridade da população.
- B) Melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis, com exclusividade no ensino fundamental.
- C) Reduzir as desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública.
- D) Democratizar a gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

**16**

“Considerando que os recursos financeiros são limitados e que a capacidade para responder ao desafio de oferecer uma educação compatível, na extensão e na qualidade, a dos países desenvolvidos precisa ser construída constante e progressivamente, são estabelecidas prioridades neste plano, segundo o dever constitucional e as necessidades sociais.”

*(Lei nº 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação.)*

**Acerca do exposto e de acordo com o PNE, analise.**

- I. Garantia de ensino fundamental obrigatório.
- II. Valorização dos profissionais da educação.
- III. Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram.
- IV. Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino – a educação infantil, o ensino médio e a educação superior.
- V. Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, excluindo-se a educação profissional.

**Estão corretas as afirmativas**

- A) I, II, III, IV e V.
- B) I, II e III, apenas.
- C) II, IV e V, apenas.
- D) I, II, III e IV, apenas.

**17**

**Antes de o Estatuto da Criança e do Adolescente ser promulgado, o Estado entendia que não havia diferença entre criança e adolescente. O Brasil contava com o Código de Menores, documento legal para a população menor de 18 anos e que visava especialmente à questão de menores em “situação irregular”, de vulnerabilidade social. Era comum ver crianças trabalhando ao invés de estudarem ou brincarem. Com o ECA, esta situação ficou regularizada; a única exceção é dada aos aprendizes. Com relação aos adolescentes aprendizes, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) São assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- B) São garantidos o acesso e a frequência obrigatória ao ensino regular.
- C) Podem trabalhar a partir dos quinze anos com carga horária reduzida.
- D) É vedado trabalho noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.

**18**

“O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.”

*(Art. 5º – Lei de Diretrizes e Bases.)*

**De acordo com o exposto, o poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá, EXCETO:**

- A) Zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.
- B) Recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar.
- C) Recensear a cada biênio os jovens e adultos que não concluíram a educação básica.
- D) Fazer a chamada pública a todas crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

19

No meio de uma floresta de Uganda, na África, em 1947, o vírus foi descoberto. Na época, o local servia de palco para pesquisas científicas no leste da África. Ele foi descoberto por acaso por uma equipe de cientistas de Uganda, dos Estados Unidos e da Europa que estava ali para pesquisar outra doença viral: a febre amarela. Esta floresta ainda hoje não é tão conhecida em Uganda e, na verdade, a maioria das pessoas nem sabe exatamente onde ela fica. O nome deste vírus significa, no idioma local da Uganda, algo como “uma vegetação que cresceu demais, que tomou conta do lugar”, em referência ao local de origem da descoberta. Esta doença hoje é uma preocupação das autoridades internacionais e vem trazendo sérios prejuízos aos brasileiros, principalmente às mulheres gestantes. Trata-se do(a):

- A) Zika. B) Malária. C) Dengue. D) Chikungunya.

20

Segundo a revista inglesa “*The Lancet*”, uma das mais importantes publicações do mundo na área médica, cerca de 2,6 milhões de bebês nasceram mortos ou morreram ainda na primeira semana de vida em 2015. A maioria dessas mortes poderia ter sido evitada, segundo estudo global divulgado no início deste ano por esta revista que alertou sobre o silêncio da sociedade para a natimortalidade. De acordo com o documento, o silêncio sobre a natimortalidade contribui para sua estigmatização e faz com que muitos pais se sintam culpados pela morte. Segundo a pesquisa, as principais causas apontadas como responsáveis pelo óbito neonatal não estão relacionadas a doenças específicas, mas à prevenção, ou seja, ao

- A) estilo de vida ou dieta da mãe.  
B) resultado do cruzamento genético dos pais.  
C) ambiente que envolve a criança logo após o nascimento.  
D) cuidado dos pais com a criança em seus primeiros dias de vida.

**O texto contextualiza o tema tratado nas questões de 21 a 23. Leia-o atentamente.**

“O Ministério do Trabalho e Previdência Social resgatou 1.010 trabalhadores em 2015 que estavam em condições análogas à escravidão. As 140 operações feitas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel e por auditores fiscais do trabalho identificaram trabalhadores nessa situação em 90 dos 257 estabelecimentos fiscalizados, segundo balanço do ministério divulgado para marcar o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, lembrado hoje (28 de janeiro de 2015).”

(Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-01/brasil-resgata-mais-de-mil-trabalhadores-de-condicoes-analogas>.)

21

**São características dos casos de trabalho em condições análogas à escravidão no Brasil hoje:**

- I. A maioria das vítimas de trabalho escravo vem sendo localizada em áreas urbanas.  
II. Os resgates na área urbana acontecem principalmente em empresas dos setores da construção civil e têxtil.  
III. A “Lista Suja”, instituída pelo Supremo Tribunal Federal – STF, com os nomes dos estabelecimentos onde esta condição já foi constatada tem ampliado significado no combate a essa prática.

**É correto o que se afirma somente em**

- A) I, II e III. B) I, apenas. C) I e II, apenas. D) II e III, apenas.

22

**Segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Silva, o maior avanço nos últimos anos foi a promulgação da Emenda Constitucional 81, de 2014, que prevê a**

- A) expropriação de imóveis nos quais for comprovada a exploração de trabalho escravo.  
B) inexistência de fiança para quem for preso como responsável pela exploração de trabalho escravo.  
C) cassação do alvará de funcionamento de entidades privadas que forem enquadradas neste tipo de crime.  
D) inserção na Lista Suja, divulgada anualmente pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, de todas as organizações flagradas cometendo este tipo de crime.

**23**

O dia 28 de janeiro foi instituído como Dia do Auditor Fiscal do Trabalho e Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo em homenagem aos auditores Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva e ao motorista Ailton Pereira de Oliveira. Eles foram mortos em 2004, quando investigavam denúncias de trabalho escravo no interior de Minas Gerais, num crime que ficou nacionalmente conhecido como Chacina de:

- A) Unai. B) Candelária. C) Urso Branco. D) Vigário Geral.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**24**

A Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993) determina que é de competência do órgão da Administração Pública Federal, responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, propor a um determinado órgão específico, a Política Nacional de Assistência Social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridade e de elegibilidade, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos. Assinale, entre as alternativas a seguir, a que descreve corretamente, o órgão específico ao qual deve ser direcionada a proposição supracitada de competência do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social.

- A) Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).  
B) Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).  
C) Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).  
D) Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

**25**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) estabelece, sem prejuízo de outras sanções, as medidas aplicáveis, de acordo com a gravidade do caso, aos pais, aos integrantes da família ampliada, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los, que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto. Sobre as medidas aplicáveis nos casos discorridos no contexto anterior, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) Multa.  
( ) Advertência.  
( ) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.  
( ) Obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado.  
( ) Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família.

**A sequência está correta em**

- A) V, V, F, F, F. B) F, V, F, V, F. C) F, F, V, F, V. D) F, V, V, V, V.

**26**

O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) estabelece que é assegurada uma reserva percentual para os idosos, nos termos da lei local, das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso. Assinale a alternativa que descreve corretamente a reserva percentual de vagas destinadas aos idosos, conforme legislação e contexto anterior.

- A) 2% das vagas. B) 3% das vagas. C) 5% das vagas. D) 10% das vagas.

**27**

No período inicial do Serviço Social no Brasil, o seu componente técnico-operativo é montado a partir da incorporação de instrumentos próprios às tradicionais formas de assistência, aliados às orientações técnicas e doutrinárias próprias da ação social católica. E isto não ocorre por acaso, na medida em que, naquele período, já se disseminava um determinado pensamento, impulsionado pelo desenvolvimento das ciências sociais. Trata-se de um pensamento que incorporava a razão técnica, tão cara ao capitalismo monopolista, ao âmbito do conhecimento e da intervenção nas questões relativas às relações sociais. Assinale, a seguir, o pensamento especificado e discorrido no contexto anterior.

- A) Político-universal. C) Doutrinário-humanista.  
B) Político-doutrinário. D) Racionalista-moralizador.

**28**

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) estabelece que em casos envolvendo a violência doméstica e familiar contra a mulher, no tocante às ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida, somente em uma situação específica será admitida a renúncia à respectiva representação. Assinale a situação específica em que a renúncia à respectiva representação supracitada será admitida.

- A) Em audiência especialmente designada com tal finalidade, após o recebimento da denúncia e ouvida a Defensoria Pública.
- B) Em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.
- C) Em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvida a Defensoria Pública.
- D) Em audiência especialmente designada com tal finalidade, após o recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

**29**

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, definiu que a empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, além dos critérios de proporção que deverão ser observados para o respectivo preenchimento dos cargos. Em relação aos critérios de proporção que deverão ser observados para o respectivo preenchimento dos cargos supracitados, analise.

- I. Até duzentos de cinquenta empregados, 2%.
- II. De duzentos e cinquenta e um a quinhentos empregados, 3%.
- III. De quinhentos e um a mil empregados, 4%.
- IV. Mais de mil empregados, 5%.

**Está(ão) correta(s) apenas a(s) alternativa(s)**

- A) IV.
- B) I e II.
- C) I e IV.
- D) III e IV.

**30**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948 (ONU – Organização das Nações Unidas), estabelece que toda a pessoa tem direito à educação e que a mesma deve visar à plena expansão da personalidade humana e o reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais; deve, ainda, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. Em relação às particularidades tratadas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos relativas à educação e ao ensino, analise.

- I. A educação em nível de ensino elementar é obrigatória.
- II. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado.
- III. A educação deve ser gratuita, pelo menos ao correspondente ao ensino médio.
- IV. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos.
- V. O acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

**Estão corretas apenas as afirmativas**

- A) I, III e V.
- B) II, III e IV.
- C) II, III e V.
- D) I, II, IV e V.

**31**

Embora o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) tenha sido instituído pela LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e regulamentado pelo Decreto nº 1.605 de 25/08/95, somente nos últimos anos, os estados e municípios passaram a fortalecer seus respectivos Fundos. A gestão dos recursos destinados à assistência social torna-se central num projeto como o SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Assinale a alternativa que descreve corretamente o conteúdo que o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) devem apresentar para a permanência e continuidade dos serviços e benefícios.

- A) Recursos exclusivamente relativos às transferências intergovernamentais.
- B) Recursos exclusivamente relativos à alocação própria, decorrentes de seus orçamentos fiscais.
- C) Além de transferências intergovernamentais, alocação própria de recursos decorrentes de seus orçamentos fiscais.
- D) Além de transferências intergovernamentais, alocação de recursos decorrentes de doações de entidades não governamentais, pertencentes à iniciativa privada.



**32**

A questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural que se apresenta enraizada de forma específica, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania. (Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, políticos e sociais. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando consciência e luta que acumulem forças para o reconhecimento das necessidades de cada um e de todos os indivíduos sociais. Assinale a alternativa que apresenta o enraizamento da dimensão da questão social, conforme contexto anterior.

- A) Uma dimensão estrutural enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho.
- B) Uma dimensão estrutural enraizada na produção social de incentivo à apropriação privada do trabalho.
- C) Uma dimensão estrutural enraizada na produção social de conciliação da apropriação privada do trabalho.
- D) Uma dimensão estrutural enraizada na produção social passiva em relação à apropriação privada do trabalho.

**33**

As competências e atribuições dos assistentes sociais, na política de Assistência Social, em uma perspectiva crítica e com base na Lei de Regulamentação da Profissão, requisitam, do profissional, algumas competências gerais que são fundamentais à compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa sua intervenção. Em relação às competências gerais do profissional supracitadas, analise.

- I. Identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.
- II. Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade.
- III. Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais.
- IV. Apreensão crítica dos processos individuais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de individualidade.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) II e IV.
- B) I, II e III.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

**34**

No âmbito judiciário, há um estudo e parecer realizado pelo profissional de serviço social, cuja finalidade é subsidiar uma decisão judicial e diz respeito a uma avaliação, exame ou vistoria solicitada ou determinada sempre que a situação exigir um parecer técnico ou científico e que contribua para o juiz formar sua convicção para a tomada de decisão. É realizado por meio do estudo social e implica na elaboração de um laudo e emissão de um parecer, cuja construção prescinde do uso pelo profissional dos instrumentos e técnicas pertinentes ao exercício da profissão. O procedimento do profissional de serviço social, descrito no contexto anterior, trata-se de:

- A) Perícia social.
- B) Perícia institucional.
- C) Interrogatório social.
- D) Interrogatório assistencial.

**35**

As novas feições da família estão intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas, ou seja, às transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes e ao avanço da ciência e da tecnologia. O novo cenário tem remetido à discussão do que seja a família, uma vez que as três dimensões clássicas de sua definição já não têm o mesmo grau de imbricamento que se acreditava outrora. Nesta perspectiva, podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade. Como resultado das modificações anteriormente mencionadas, superou-se a referência de tempo e de lugar para a compreensão do conceito de família. São consideradas as três dimensões clássicas de definição da família, conforme contexto anterior.

- A) Sexualidade, procriação e convivência.
- B) Legalidade, autonomia e unidade social.
- C) Sexualidade, etnia e orientação religiosa.
- D) Convivência afetiva, agregação financeira e autonomia.

**36**

Algumas dimensões objetivas compõem os processos de trabalho dos assistentes sociais e são dimensões que se complementam e realizam no cotidiano do exercício profissional. Sobre as dimensões objetivas que compõem os processos de trabalho dos assistentes sociais, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) A dimensão teórica e abstrata, que se refere à tecnologia com a qual se pode contar para realizar o trabalho, e às condições materiais e/ou ambientais em que se realiza.
- ( ) A dimensão operacional, que se refere ao modo pelo qual o trabalho é gerido, segundo o exercício das funções de planejar, organizar, dirigir e controlar.
- ( ) A dimensão socioeconômica que abrange a articulação entre o modo de realizar o trabalho e as estruturas sociais, econômicas e políticas da sociedade.
- ( ) A dimensão ideológica que consiste no discurso elaborado e articulado sobre o trabalho, no nível individual e coletivo, justificando o entrelaçamento das demais dimensões, especialmente, as relações de poder.
- ( ) A dimensão simbólica, quando abrange os aspectos subjetivos da relação de cada indivíduo com o trabalho e suas relações com os demais sujeitos.

**A sequência está correta em**

A) F, F, V, V, V.

B) V, F, F, V, V.

C) V, V, F, F, F.

D) F, V, F, V, F.

**37**

É de suma importância o trabalho das equipes interdisciplinares que atendem pacientes com necessidades especiais, dos quais necessitam de todas as áreas para seu desenvolvimento que em crianças ditas “normais”; esses estímulos são automáticos. Em cada área é necessário que o profissional correspondente utilize de seus saberes para o desenvolvimento dessas crianças, pois a evolução é de acordo com cada lesão e do quão importante esses estímulos serem todos em um mesmo local, facilitando, assim, para as famílias que em muitas vezes já têm o desgaste emocional e físico e agilizando, ainda, a evolução do paciente. É necessário que a equipe interdisciplinar trabalhe com a criança e seus familiares. Acontece que nem sempre as partes (equipe, família e assistente social) caminham em um mesmo sentido, daí o estresse e o desentendimento são inevitáveis e isso ocorre devido a cada um ter seu nível de ansiedade e interesses. Sobre o papel e/ou interesse observado em cada parte (equipe interdisciplinar, família e assistente social) mediante a situação de desentendimento supracitada, analise.

- I. A equipe interdisciplinar preocupa-se com a necessidade do paciente naquele momento.
- II. A família preocupa-se em ver seu filho “deixando de ter uma deficiência”.
- III. O assistente social interfere em favor da equipe interdisciplinar para neutralizar os interesses da família.
- IV. O assistente social entra como um mediador, um elemento diminuidor de conflitos, buscando sempre juntar as necessidades e anseios de cada parte.

**Estão corretas apenas as afirmativas**

A) II e IV.

B) III e IV.

C) I, II e III.

D) I, II e IV.

**38**

A Resolução CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) nº 557/2009, de 15 de setembro de 2009, estabelece que ao atuar em equipes multiprofissionais, o assistente social deverá respeitar as normas e limites legais, técnicos e normativos das outras profissões, em conformidade com o que estabelece o Código de Ética do Assistente Social, regulamentado pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993. Assinale a alternativa que descreve corretamente a forma de atuação do assistente social em equipes multiprofissionais ao emitir laudos, pareceres, perícias e qualquer manifestação técnica sobre matéria de serviço social.

- A) Deve atuar com ampla autonomia, respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão, não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei nº 8.662/93.
- B) Deve atuar com autonomia corporativa em relação às demais profissões, respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão, não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei nº 8.662/93.
- C) Deve atuar com autonomia subordinada às profissões com prioridade na área de saúde, respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão, não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei nº 8.662/93.
- D) Deve atuar com autonomia restrita ao seu percentual de participação na equipe multiprofissional, respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão, não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei nº 8.662/93.

**39**

Na primeira década dos anos 2000, o Brasil avançou de forma significativa no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, com a aprovação pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), de políticas nacionais temáticas. Surgiu, nesse momento, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil. A partir da instituição desse Plano Nacional, o País vivenciou uma série de avanços importantes na área do reconhecimento e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. O Plano serviu como referência para organizações não-governamentais, especialmente no âmbito da mobilização social e do monitoramento de políticas públicas na perspectiva de formulação e efetiva implementação de ações nesta área por parte das esferas estatais. O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil tornou-se referência e ofereceu uma síntese metodológica para a estruturação de políticas, programas e serviços para o enfrentamento à violência sexual, a partir de seus eixos estratégicos. Assinale, a seguir, o eixo estratégico do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil que corresponde a conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de diagnósticos, levantamento de dados, pesquisas.

A) Prevenção.

C) Análise da situação.

B) Atendimento.

D) Defesa e responsabilização.

**40**

Em fevereiro de 2004, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), sistematizaram e organizaram a proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). A implementação do SINASE objetivou primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos. Tendo como premissa básica a necessidade de se constituir parâmetros mais objetivos e procedimentos mais justos que evitem ou limitem a discricionariedade, o SINASE reafirma a diretriz do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre a natureza pedagógica da medida socioeducativa. Em relação às características do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) supracitado, analise.

I. Priorizaram-se as medidas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida).

II. As medidas restritivas de liberdade (semiliberdade e internação em estabelecimento educacional) somente devem ser aplicadas em caráter de excepcionalidade e brevidade.

III. Priorizou-se a federalização dos programas de meio aberto, mediante a articulação de políticas intersetoriais em nível federal e a constituição de redes de apoio nas comunidades.

IV. Priorizou-se a regionalização dos programas de privação de liberdade, a fim de garantir o direito à convivência familiar e comunitária dos adolescentes internos, bem como as especificidades culturais.

**Estão corretas apenas as afirmativas**

A) III e IV.

B) I, II e III.

C) I, II e IV.

D) II, III e IV.

**PROVA DISCURSIVA**

**ORIENTAÇÕES GERAIS**

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de 1 (um) estudo de caso.
- Para a Prova Discursiva, o candidato deverá formular texto com extensão mínima de 20 (vinte) e máxima de 30 (trinta) linhas. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que não atingir a extensão mínima ou ultrapassar a extensão máxima permitida.
- A Prova Discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de ponta grossa e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim, nos termos do Edital. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal do IDECAN devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado no item anterior, bem como no caso de identificação em local indevido.
- A Prova Discursiva terá o valor de 20 (vinte) pontos.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA		
Critérios	Elementos da Avaliação	Total de pontos por critério
<b>Aspectos Formais e Aspectos Textuais</b>	Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão, paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das ideias.	<b>8 pontos</b>
<b>Aspectos Técnicos</b>	Pertinência da exposição relativa ao tema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao conteúdo programático proposto. Clareza teórica da exposição e conhecimentos técnicos relativos ao tema, considerando conceitos éticos e as normas jurídicas vigentes em relação ao exercício da função pública almejada.	<b>12 pontos</b>
<b>TOTAL DE PONTOS</b>		<b>20 pontos</b>

Segundo Yamamoto, 12, “O conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho” (1997, p. 42).

**Identificação das crianças:**

- Antônio F. Mendes Filho e José F. Mendes, ambos com quatro anos; a mãe, Margarida, deixa as crianças na creche antes de ir para o trabalho.
- Maria F. Mendes, de 10 anos, estuda no período da tarde.

**Situação familiar:**

- Margarida A. Mendes, 39 anos, casada, doméstica em uma residência, com carteira assinada e trabalha das 8 às 17h.
- Antônio F. Mendes, 42 anos, desempregado, responsável por cuidar da limpeza da casa, almoço e levar a filha de 10 anos para a escola no período da tarde.

**Exposição do caso no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social):**

- Em relação ao atendimento no CRAS, a Assistente Social atendeu a Sra. Margarida que, de início, relatou que não gostaria que o pai, o Sr. Antônio, fosse chamado, pois ele é muito nervoso e que tem medo do que o mesmo poderia fazer com ela e as crianças.
- A Sra. Margarida, muito assustada, relatou à profissional, que trabalha como doméstica em casa de família com carteira assinada durante todo o dia e que é mãe de três filhos, sendo uma de 10 anos e os outros dois gêmeos, ambos com quatro anos; além disso, é casada com Antônio há 13 anos e procura o CRAS com medo de perder o Bolsa Família, pois sua filha de 10 anos não quer ir para a escola, pedindo à mãe, Sra. Margarida, que a leve para o serviço, pedido este que a mãe não atende.

- Indagada sobre sua relação com o Sr. Antônio e este com os filhos, a mesma relata ser muito nervoso e agitado com ela e as crianças, que por qualquer motivo fica agressivo. A profissional questiona se ele já a violentou ou as crianças, ela se expressa com a cabeça baixa e diz que ele sempre fica muito nervoso e já a agrediu, mas acha que isto acontece devido ao fato de ele estar desempregado, mas, que, na última briga, em que o mesmo chegou em casa embriagado e a agrediu, ela o ameaçou de chamar a polícia e, mediante a isso, ele se acalmou nesta última semana.
- A Assistente Social questiona à mãe se a mesma notou algum comportamento diferente da filha ou alguma marca pelo corpo da mesma; ela alega que havia umas manchas vermelhas no corpo da filha e esta apresenta problemas com o sono e tem medo da hora do banho, e que chega tomar vários banhos por dia.
- Questionada com muita cautela pela profissional se a mãe desconfiava de algum tipo de maus-tratos do pai com a filha e se havia procurado ajuda do Conselho Tutelar, ou se a escola a procurou devido às faltas escolares da filha, a mãe disse que esta foi a primeira vez que solicita ajuda e que não havia recebido nenhum tipo de comunicado da escola. Muito assustada, a mãe pede novamente para que o pai não seja comunicado sobre a procura ao CRAS e que acha que o pai agrediu a filha de alguma forma, mas preferia não acreditar, pois somente foi até a unidade por necessitar do Bolsa Família e que tem medo de perder a guarda dos filhos.

**Mediante o estudo social exposto, discorra sobre a prática profissional do Assistente Social, os tipos de violação dos direitos encontrados e dê o prosseguimento necessário, apresentando uma solução para o caso através da unidade responsável.**

ESTUDO DE CASO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



## INSTRUÇÕES

1. Material a ser utilizado: caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a utilização de calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não é permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, calculadora, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo etc.
3. Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e fumar.
4. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Texto Definitivo.
5. Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
6. O Caderno de Provas consta de 40 (quarenta) itens de múltipla escolha e um estudo de caso. Leia-o atentamente.
7. **Os itens das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.**
8. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Texto Definitivo que lhe foram fornecidos estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
9. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. O candidato poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo, não poderá levar consigo o Caderno de Provas, sendo permitida essa conduta apenas no decurso dos últimos 60 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação das provas, deverá assinar um termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo Coordenador da Unidade.

## RESULTADOS E RECURSOS

- As provas aplicadas, assim como os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no *site* [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), a partir das 16h00min do dia subsequente ao da realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 02 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente à divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no *site* [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br).
- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao IDECAN, conforme disposições contidas no *site* [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), no *link* correspondente ao Concurso Público.